AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

MERCADO MUNDIAL DE CARNE BOVINA: PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA E BARREIRAS À EXPORTAÇÃO

ANDRÉIA DE ABREU; VÂNIA ÉRICA HERRRA; MÁRCIO ANTONIO TEIXEIRA;

CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA - UNIVEM

MARÍLIA - SP - BRASIL

andreia@dep.ufscar.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Mercado Mundial de Carne Bovina: participação brasileira e barreiras à exportação

Grupo de Pesquisa: Comércio Internacional
Forma de Apresentação: Apresentação com presidente da sessão e sem a presença de debatedor

Resumo
O presente trabalho tem como objetivo demonstrar o mercado mundial de carne bovina, a participação do Brasil nesse mercado e as barreiras impostas pelos países no comércio internacional para a exportação da carne bovina brasileira. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca do tema proposto, levantamento de dados secundários e posterior análise dos mesmos. A revisão bibliográfica traça um panorama sobre o processo de abertura comercial e a inserção internacional do agronegócio brasileiro. Posteriormente, são tratados temas sobre a pecuária de corte no país destacando o histórico e os participantes da cadeia produtiva do gado de corte. Por meio do levantamento e análise dos dados secundários, são traçadas as principais características do mercado mundial de carne bovina, a participação do Brasil nesse mercado, os maiores concorrentes do país e as principais barreiras de exportação impostas por outros países

na compra da carne bovina brasileira. As evidências demonstram que, embora o enorme potencial competitivo brasileiro nesse mercado, o Brasil ainda deve se empenhar nas negociações internacionais, buscando parcerias e abrindo os mercados, assim como continuar apoiando, através de planos de incentivo, tecnologias, informação e mão-de-obra qualificada, a busca pela excelência na produção nacional.

Palavras-chave: gado de corte; mercado mundial de carne bovina; barreiras às exportações brasileiras

1. Introdução

O agronegócio no Brasil vem crescendo em importância e qualidade por meio das crescentes participações na balança comercial, no PIB, na melhoria tecnológica e conseqüente ganho de qualidade, assim como nas conquistas de novos mercados internacionais. Nos últimos anos, poucos países tiveram um crescimento no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil, sendo um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários, tais como café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Dentre os vários setores que se destacam, o de carne bovina é um deles. No ano de 2004 o Brasil alcançou a meta de maior exportador mundial de carne

O desenvolvimento de técnicas inovadoras da bovinocultura e a evolução genética animal têm contribuído para o aumento da qualidade nas atividades frigoríficas, assim como o aumento da qualidade da carne no cenário mundial. No Brasil, criadores de gado de corte e frigoríficos têm empreendido esforços na melhoria e segurança da carne produzida por meio de investimentos nos sistemas produtivos, aplicação de novas tecnologias e inovações, tanto para as carnes destinadas ao mercado interno quanto as destinadas à exportação.

Contudo, existem ainda muitos obstáculos e serem enfrentados no mercado internacional. Diante da competitividade da carne brasileira, principalmente no que diz respeito ao preço final, muitos países impõem restrições por meio de barreiras tarifárias e não-tarifárias para a entrada do produto nacional em seus mercados domésticos. Várias são os argumentos, que vão desde a questão sanitária (principalmente em função da febre aftosa) a questões éticas e sociais (mão-de-obra escrava, desmatamento da floresta Amazônica para a formação de pastos). Recentemente, o governo britânico tem afirmado que se o Brasil não conseguiu acabar com a escravidão, os assassinatos e as catástrofes ambientais como pode esperar que os importadores ingleses acreditem que os padrões de higiene nas fazendas são implementados de forma tão rigorosa quanto as de qualquer outra nação.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar o mercado mundial de carne bovina, a participação do Brasil nesse mercado e as barreiras impostas pelos países no comércio internacional para a exportação da carne bovina brasileira.

Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca do tema proposto, levantamento de dados secundários e posterior análise dos mesmos. A revisão bibliográfica traça um panorama sobre o processo de abertura comercial e a inserção internacional do agronegócio brasileiro. Posteriormente, são tratados temas sobre a pecuária de corte no país destacando o histórico e os participantes da cadeia produtiva do gado de corte. Por meio do levantamento e análise dos dados secundários, são traçadas as principais características do mercado mundial de carne bovina, a participação do Brasil nesse

mercado, os maiores concorrentes do país e as principais barreiras de exportação impostas por outros países na compra da carne bovina brasileira.

2. Abertura comercial brasileira

A década de 90, período que se caracterizou pelo processo de abertura comercial com o governo Collor e continuidade no governo Fernando Henrique Cardoso, foi o marco de mudanças na política de comércio exterior brasileira.

Segundo Averbug (1999), o período entre 1988 e 1993 foi caracterizado por um amplo processo de liberação comercial, eliminando-se as principais barreiras não-tarifárias com a eliminação dos regimes especiais de importação e reduzindo, gradativamente, a proteção à indústria nacional. Em 1990, instituiu-se a Nova Política Industrial e de Comércio Exterior, que definiu um cronograma de redução das tarifas de importação e extinguiu as barreiras tarifárias herdadas do período de substituição das importações.

Como a abertura comercial passou a prejudicar alguns setores da economia, em 1995, já com o Plano Real em vigor e a política de Integração Comercial com o Mercosul em andamento, "a condução da política de importações passou a se subordinar aos objetivos da estabilização dos preços e proteção (mesmo que moderada) dos setores mais afetados pela recente abertura" (AVERBUG, 1999 p. 47).

Em 1° de Julho de 1994, o governo lançou a nova moeda brasileira, o Real. O Plano Real teve por objetivo estabilizar a moeda e recuperar-lhe a confiança, atacando as causas básicas da inflação. De acordo com Brum (2000), o plano trouxe benefícios para a população brasileira em geral (incluindo as camadas mais pobres), para as grandes empresas e para os profissionais liberais. Em contrapartida, prejudicou alguns setores da indústria, como brinquedos, calçados, têxteis, e os exportadores em geral em decorrência do câmbio sobrevalorizado.

Em 1996, para conter o déficit em conta corrente, houve um pequeno aumento nas alíquotas de importação. Entre 1988 e 1997 as exportações brasileiras somaram US$ 53 bilhões, com crescimento médio anual de 4,6%, e importações de US$ 61,3 bilhões. Em 1998, em consequência da crise asiática e do menor crescimento do comércio mundial, as exportações caíram 3,7%. O único setor que apresentou crescimento durante esse período foi o de manufaturados, representado pelos automóveis, partes e peças para veículos (AVERBUG, 1999).

Assim, como afirma Averbug (1999), os resultados da balança comercial na segunda metade da década de 90 foram condicionados por fatores como a expansão das importações, a estabilização da economia após o estabelecimento do Plano Real, o processo de integração do Mercosul, o programa de privatização, a retomada dos investimentos e a crise asiática.

3. A inserção internacional do agronegócio brasileiro

Globalização e competitividade são termos de uso corrente nos dias atuais. De acordo com Jank e Nassar (2000, p. 137), globalização pode ser tratada:

> [...] como um processo de incremento da competição em escala mundial que atinge fortemente a economia brasileira nos anos recentes, fazendo com que os sistemas agroindustriais ultrapassem os limites das fronteiras geográficas e institucionais do país.

Do mesmo modo, as economias abertas sofrem profundas modificações na sociedade, nos padrões de consumo e na conduta dos agentes públicos e privados, onde as empresas devem na formulação de sua gestão serem competitivas não apenas com os concorrentes do mercado interno, mas principalmente com os fortes concorrentes internacionais.

Na economia brasileira, a realidade da globalização passou a ser sentida nos anos 80 com a abertura comercial da economia e a consolidação dos blocos econômicos. Segundo Jank e Nassar (2000), a abertura da economia, a desregulamentação dos mercados, a crise das formas tradicionais de intervenção do Estado e a formação dos blocos econômicos foram as quatro maiores e principais mudanças institucionais e estruturais que trouxeram ao agronegócio brasileiro a necessidade de incrementar a sua competitividade. Pela globalização, os sistemas agroindustriais ultrapassaram as fronteiras nacionais. Como consequência, o país está inserido na corrente mundial do comércio, onde as noções importam e exportam os elementos que constituem os SAG´s, tais como: os bens produzidos, a mão-de-obra, os capitais e a tecnologia.

Segundo Jank e Nassar (2000), a inserção internacional do agronegócio brasileiro pode ser subdividido em três períodos:

- De 1971 a 1980: período marcado pelo desenvolvimento do modelo agroexportador, estimulado pela forte demanda internacional e investimento governamental.
- De 1981 a 1992: estagnação das exportações em decorrência da recessão mundial, do crescimento do mercado doméstico e da sobrevalorização cambial.
- De 1993 a 1998: retomada das exportações.

A partir da década de 90, com a retomada das exportações brasileiras, o agronegócio no Brasil vem crescendo em importância. Isso fica patente através do aumento da capacidade produtiva, da produtividade, do aumento da inversão em tecnologia de

ponta. Além disso, o agronegócio é gerador de um grande número de empregos tanto diretos como indiretos, absorvendo 17,4 milhões de pessoas, o equivalente à 24,92% da População Economicamente Ativa (PEA).Enquanto a economia brasileira teve um crescimento próximo à zero em 2003, o agronegócio apresentou para aquele mesmo ano um crescimento de 5,3%.

Frente à existência de ambiente altamente competitivo, o Brasil tem cada vez mais utilizado o agronegócio como estratégia de inserção no mercado mundial. Entre os estados brasileiros, São Paulo é o que apresenta contribuição mais expressiva no crescimento das exportações do país no agronegócio. Em 2004, a contribuição ficou próxima de 32% do total exportado pelo país, com aproximadamente 24% das exportações do agronegócio brasileiro. As cadeias de produção que mais se destacaram foram as de bovinídeos, cana e sacarídeas, produtos florestais e frutas. -

Os dados atuais demonstram claramente a competitividade da agroindústria brasileira, que busca incrementar sua capacidade produtiva e tecnológica, assim como a inovação em seus processos de produção através de investimentos em infra-estrutura e recursos humanos especializados.

4. Histórico da pecuária de corte no Brasil

De acordo com dados obtidos no portal Serviço de Informação da Carne (SIC, 2005), as primeiras cabeças de gado, originárias de Cabo Verde, desembarcaram no Brasil colonial por volta do século XVI, período dedicado às expedições de exploração do atual

território nacional. Tal desembarque foi realizado onde hoje se localiza o estado da Bahia. Já no século seguinte, outros animais teriam aportado na capitania de São Vicente.

Segundo Torres Jr et al (2005), a pecuária de corte no período colonial era explorada como atividade de subsistência: a carne alimentava as famílias, o couro era utilizado para a confecção de acessórios de lida e a força dos bovinos era empregada no carreto e na movimentação de engenhocas da época, ou seja, no trato com a terra. Devido à concorrência com a cana-de-açúcar na ocupação das faixas litorâneas, a atividade foi se expandindo para o interior do país.

Entre os séculos XVII e XIX, como resultado da própria colonização, desembarcaram no Sul do país bovinos oriundos da Europa, animais mais apropriados com o clima, desenvolvendo-se a pecuária baseada na alimentação de pasto nativo. Nesta época, o crescimento do rebanho nacional foi imenso. Ainda no século XIX, houve a introdução do gado zebuíno nas regiões sudeste e centro-oeste devido sua alta adaptação nestas localidades. Dessa forma, o país passa a possuir um dos maiores rebanhos comerciais do planeta.

Devido à alimentação do gado bovino brasileiro ser fundamentada na pastagem, a utilização das gramíneas do gênero das braquiárias surgiu como alternativa para os solos relativamente fracos, como os dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, revolucionando todo o sistema além de permitir uma exploração intensiva maior, gerando assim, o desenvolvimento da pecuária nestas regiões. A partir do século XX, muitos programas de incentivos, inclusive financeiros, culminaram na expansão da pecuária nas regiões norte e centro-oeste, valorizando estas áreas e beneficiando o crescimento regional das cidades. Nos últimos dez anos, a pecuária de corte brasileira registrou os avanços mais significativos, apresentando um crescimento do rebanho de 21%, ficando atrás apenas do rebanho indiano.

A tabela 1 demonstra o crescimento progressivo anual do rebanho nacional, onde

em 2003 totalizou 195.552 mil cabeças de gado. A região Norte lidera este cenário, sendo responsável por um crescimento de 88,7% no ano de 2003, tendo como base o ano de 1996, seguida pela região Centro-Oeste com crescimento de 30,88%. As regiões Sul, Sudeste e Nordeste foram responsáveis pelos percentuais de 6,09%, 5,75% e 4,64% respectivamente. No contexto nacional, o Brasil obteve uma taxa real de crescimento de 23,54%.

Tabela 1. Rebanho bovino brasileiro – efetivo por estado (mil cabeças)

Regiões	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Norte	17.983	19.298	21.099	22.431	24.518	27.284	30.429	33.930
Nordeste	23.882	23.831	21.981	21.875	22.567	23.414	23.891	24.992
Sudeste	36.605	36.977	37.074	36.899	36.852	37.119	37.924	38.711
SUL	26.421	26.683	26.600	26.190	26.298	26.784	27.537	28.030
Centro-Oeste	53.398	54.627	56.402	57.227	59.641	61.787	65.567	69.889
Brasil	158.289	161.416	163.154	164.621	169.876	176.389	185.347	195.552

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

Pode-se igualmente observar o crescimento na produção de carne bovina no Brasil, que nos últimos dez anos aumentou 40%, sendo acompanhado pelo aumento no consumo que passou de 5.502 mil toneladas de equivalente carcaça em 1994 para 7.031 mil toneladas em 2004, ou seja, um aumento de quase 28%. Atualmente, o consumo per capta de carne bovina está próximo a 38,7 Kg (TORRES JR et al, 2005).

Historicamente, a cadeia produtiva de carne bovina do Brasil esteve restrita ao mercado interno, apresentando poucas exceções, ou em momentos de crise internacional, em que a

cadeia brasileira alcançou de forma significativa os mercados internacionais. Este fato pode ser explicado pelo modo de ocupação de nosso território e pela formação de grandes regiões produtoras vinculadas ao mercado interno como fornecedoras. Assim, para o mercado externo, a venda da produção brasileira de carne bovina sempre foi pouco significativa. Entretanto, dada a sua extensão territorial e a magnitude de seu rebanho, no ano de 1999, o Brasil foi o terceiro maior exportador de carne bovina. Este fato também é atribuído à desvalorização cambial e à paridade do peso argentino em relação ao dólar (MICHELS, 2001).

Segundo Zen (2005), o Brasil tem sido historicamente, um dos grandes produtores de carne bovina. Nos últimos 5 anos, se tornou o maior exportador mundial dessa carne: um em cada cinco quilos de carne bovina comercializada no mundo é de origem brasileira.

No ano 2000, o Brasil atingiu a marca de segundo maior produtor mundial, com o valor aproximado de 7 milhões de toneladas de carne bovina, sendo superada apenas pela produção norte-americana, que atingiu 12,3 milhões de toneladas. Essa produtividade brasileira deve-se principalmente à nossa extensão territorial que é passível de utilização para a agropecuária, e também ao número de estabelecimento envolvidos, em torno de 1,85 milhão ao longo de toda a cadeia produtiva, o que gerou aproximadamente 7 milhões de empregos diretos (BÁNKUTI, 2002).

Atualmente, o Brasil é o maior exportador e o segundo maior produtor de carne bovina do mundo. O volume exportado chega a 1,3 milhão de toneladas, o que representa 15% da produção nacional. Em 2004, da produção nacional, foram negociados no mercado internacional cerca de 67% do couro e 22% da carne, o que demonstra o destaque do couro na cadeia produtiva. Das 195,55 milhões de cabeças bovinas no país, cerca de 41 milhões são abatidas. Com exceção de alguns países como Índia e China, em nenhum outro ponto do mundo a pecuária apresentou um crescimento tão significativo, sendo que em 2005 a participação das exportações deverá aumentar de 10% a 15% (TORRES JR et al., 2005).

4.1 Cadeia produtiva do gado de corte

Na cadeia produtiva do gado de corte, tem-se como agentes mais expressivos a produção de insumos, os produtores bovinos, os abatedouros e frigoríficos, a rede atacadista/varejista e o consumidor (MICHELS, 2001).

O setor de insumos é representado basicamente por empresas estrangeiras. É a parte da cadeia produtiva de carne bovina responsável pela manutenção do gado, desde sua inseminação até o momento do seu abate. Assim, ele é formado basicamente pelos setores veterinários, de nutrição, de forragicultura e os relacionados ao melhoramento genético (BÁNKUTI, 2002).

Os produtores bovinos, ou pecuaristas estão situados em todo o território nacional, sendo que todas as regiões apresentam números elevados de criação de gado, mas as regiões centro-oeste e sudeste destacam-se por possuírem uma maior concentração de rebanhos.

A indústria frigorífica situa-se entre o pecuarista e os canais de distribuição, denominados varejistas. É responsável pelo abate do gado fornecido pelo pecuarista e pelo repasse dos cortes aos canais de distribuição, que ficarão responsáveis por colocar o produto no mercado, pronto para o consumo. No Brasil, a indústria frigorífica possui um bom nível tecnológico e grande competitividade no mercado internacional, estando a maior parte delas localizadas nas regiões sudeste e centro-oeste (BÁNKUTI, 2002).

O varejo é caracterizado pelos canais de distribuição de um bem ou serviço. Esses

canais de distribuição são todas as organizações interdependentes que buscam conferir valor ao produto e, assim, disponibilizá-lo de acordo com as necessidades dos consumidores. De acordo com Bánkuti (2002), no caso da carne bovina, entre os canais de distribuição estão as feiras livres, açougues e pequenos supermercados, super e hipermercados, e as boutiques de carne.

O consumidor representa o último ela da cadeia produtiva e por isso mesmo é fundamental a coordenação de todo o sistema de modo a atender satisfatoriamente seus desejos e necessidades. Um dos desafios da cadeia produtiva da carne bovina (BANKUTI, 2002) é atender as exigências dos consumidores frente aos produtos concorrentes, como a carne suína e a de frango. A diferenciação dos produtos e a segmentação de mercado são boas opções de estratégias a serem adotadas.

Segundo Bankuti (2002), o ambiente organizacional da CPA da carne bovina é formado pelas associações, órgãos de pesquisa e desenvolvimento, sindicatos entre outros conjuntos de agentes, que possuem como objetivo principal representar e defender os interesses de seus membros.

A cadeia brasileira é uma das mais complexas quanto à sua estruturação e a seus agentes envolvidos, e ao longo da história e do desenvolvimento do país teve um papel fundamental, uma vez que abastecia os centros urbanos em formação nas diversas regiões do país. A tendência é que esta cadeia tenha importância cada vez mais crescente na economia nacional, através de uma maior agregação de valor interno (MICHELS, 2001).

Do total das propriedades agrícolas existentes no país, 75% se dedicam à atividade pecuária, constituindo-se uma das principais do meio rural. A atividade, dentro da porteira, gera cerca de 360 mil empregos diretos e milhares de empregos entre os fornecedores de insumos, movimentando quase R$ 2 bilhões em insumos nacionais, e gera mais de 1 milhão de empregos fora da porteira. A relação comercial entre frigorífico e produtor é dinâmica e complexa, já que ocorre em um ambiente de alta concorrência. Nesse sentido, a fim de que o objetivo final da cadeia seja alcançado (a produção de carne), todas as etapas do processo necessitam estar muito bem equilibradas e coordenadas (ZEN, 2005).

Ferreira e Barcelos (2005) destacam a falta de integração entre indústria e os fornecedores de matéria-prima na cadeia de carne bovina, em relação às cadeias produtivas de aves e suínos. Por conta disso, o segmento trabalha isolado, resultando em perda de competitividade do conjunto. Porém, recentemente, há o surgimento de novas formas de organização entre os agentes da cadeia por meio de alianças mercadológicas entre produtores rurais, frigoríficos e empresas varejistas. Os resultados ainda não são amplamente sentidos devido ao oportunismo e à falta de confiança entre os agentes, onde a quebra de contratos e interrupções no funcionamento das mesmas são freqüentes.

Atualmente, com toda a intensificação do comércio internacional e as perspectivas de ampliação dos mercados, em especial na União Européia e na Ásia, o Brasil espera ter vantagens comparativas significativas com a bovinocultura.

5. O mercado mundial da carne bovina

O mercado mundial de carne bovina cresceu 4,2% a.a. entre 1990 e 1999, sendo que na primeira metade houve um crescimento médio de 7,4% a.a. e na segunda metade uma estabilidade, com crescimento de apenas 0,4% a.a.

Segundo Lima de Paula e Faveret Filho (2001), a principal causa da diminuição do crescimento na segunda metade da década de 1990 parece ter sido a divulgação da incidência do mal da vaca louca no rebanho bovino inglês e da possibilidade de transmissão da doença aos seres humanos, o que fez com que a crise se espalhasse para o

resto do mundo. Outro motivo que afetou a produção e o consumo de carne bovina naquele momento foi os constantes surtos de febre aftosa nos países da Comunidade Econômica Européia.

Em relação à carne bovina desossada e à carne industrializada, o mercado mundial movimentou o total de US$ 15,3 bilhões em 1999, dos quais o Brasil foi responsável por US$ 0,85 bilhão (5,5%). Numa análise mais específica, o segmento de carne industrializada apresentou retração na segunda metade da década de 90, após ter crescido em média 6,8% a.a.em valor e 6,2% a.a. em volume no primeiro período. Já o comércio mundial de carne bovina desossada manteve-se em expansão durante o mesmo período (LIMA DE PAULA e FAVERET FILHO, 2001).

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação estima para o ano de 2005 um aumento de 2,8% na produção mundial de carne, o mais significativo envolvendo a carne bovina: um crescimento estimado de 3,25%. Em 2004, a produção de carne bovina permaneceu estável em relação ao ano anterior, o que representa uma ótima perspectiva para o setor. Para o consumo, estima-se um aumento de 2% em relação a 2004 enquanto que para as exportações, a previsão é de aumento de 7%, correspondendo a 7 milhões de toneladas.

Segundo a USDA (United States Department of Agriculture), as exportações totais de todas as carnes atingirão 18,6 milhões de toneladas em 2005, um crescimento de 5%. Esse fato se dá por inúmeros motivos, entre eles, a liberalização do comércio, a melhoria da eficiência técnica das criações, o desenvolvimento econômico e o aumento da população. Para a carne bovina, o maior comprador continuará sendo os Estados Unidos, seguido da Rússia e Japão, conforma demonstra a tabela 2.

Tabela 2: Importações de carne bovina – mil toneladas

País	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**
EUA	1.375	1.435	1.460	1.363	1.669	1.696
Rússia	415	648	719	720	730	750
Japão	1.067	1.002	712	810	617	625
União Européia	368	358	461	463	485	550
México	420	426	489	370	287	320

Fonte: Agroanalysis (2005)

De acordo Pinazza (2003) a produção mundial de carne bovina entre 1998 e 2003 manteve-se em relativa estabilidade. Brasil e China são os países que mostraram maior crescimento, enquanto que na União Européia e Rússia houve significativa queda na produção. Percebe-se uma competição acirrada entre os países exportadores, que trabalham em busca de novos mercados. No mesmo período, as exportações cresceram na União Européia, México e Coréia e as exportações Austrália.

Segue abaixo o comportamento do mercado de carne bovina, entre o período citado, nos principais países produtores:

Estados Unidos

- rebanho recua para 9,6 milhões de cabeças, o menor nível desde 1959;
- retenção de animais para recomposição dos plantéis reduz oferta e o consumo cai;
- cerca de 60% das importações vêm da Austrália;
- as carnes de maior valor agregado e as peças em cortes são adquiridas do Canadá;
- cancelamento das compras do Uruguai e Argentina devido a focos de febre aftosa.

União Européia

- concentra as exportações para a Rússia e países no Centro-Leste europeu;
- embarques para os EUA continuam proibidos pelo uso de hormônios;
- as vendas externas caíram em quase 30% no período pós-1999;
- redução na oferta devido à queda dos apoios financeiros governamentais;
- tendência de torna-se importador líquido e retração de rebanho.

AUSTRÁLIA

- exportação atinge nível recorde em quantidade e chega aos patamares dos anos 70;
- os embarques para os EUA estão limitados por cota (378 mil toneladas), todas devidamente preenchidas nos últimos dois anos.

BRASIL

- persiste na trajetória ascendente de produção com exportação recorde;
- consolida presença em novos mercados (Egito, Rússia, China);
- mudança no mix dos produtos exportados (75% na forma de carne fresca enlatada);
- forte capacidade competitiva diante da desvalorização do real, do baixo custo da criação e dos investimentos para aumento da produção.

A tabela 3 demonstra o mercado mundial de carne bovina entre 2000 e 2003 na produção, consumo, importação e exportação. Na produção, os Estados Unidos aparecem como os maiores produtores em todos os anos, seguidos da União Européia de 2000 a 2002. contudo, em 2003, o Brasil aparece em 2º lugar com uma produção de 7.385 mil toneladas, 235 mil toneladas a mais do que a União Européia. Válido destacar que quando se fala em União Européia, está sendo considerado a soma dos países produtores de carne bovina do bloco, assim, o fato de um país ultrapassa-los (como o Brasil) merece destaque.

No consumo, os Estados Unidos aparecem como os maiores consumidores de carne bovina do mundo em todos os anos considerados, numa média de consumo de 12.025 mil toneladas ao ano. Em seguida, aparece a União Européia como a segunda maior consumidora de carne bovina do mundo numa média de consumo de 7.133 mil toneladas ao anos, seguida pelo Brasil (6.303ton/ano) e China (5.502ton/ano).

Na importação, os Estados Unidos aparecem como os maiores importadores de carne bovina do mundo em todos os anos considerados. Uma explicação talvez seja o fato de sua produção anual ter sido menor do que o consumo, conforme pode ser observado na tabela. Em seguida aparecem o Japão, que em 2003 importou 860 mil toneladas de carne, e a Rússia, que obteve crescimento progressivo no volume importado em cada ano.

Na exportação, a Austrália aparece em primeiro lugar em todos os anos considerados num volume de exportação bem acima ao do segundo lugar, pertencente aos Estados Unidos. Em 2000 o Brasil aparecia em terceiro lugar, contudo, a partir de 2001 seu volume foi crescendo progressivamente para todos os anos, passando de quarto para terceiro lugar, sendo que em 2003 exportou um total de 925 mil toneladas de carne bovina.

Tabela 3– Mundo: carne bovina (mil toneladas)

Produção	2000	2001	2002	2003
Brasil	6.520	6.895	7.136	7.385
UE	7.462	6.896	7.250	7.150
China	5.328	5.488	5.600	5.700
Outros	18.477	17.720	17.901	16.884
EUA	12.196	11.890	12.333	11.682
Total	49.983	48.889	50.220	48.801
Consumo				
EU	7.645	6.455	7.272	7.260

Brasil	6.102	6.191	6.378	6.540
China	5.290	5.448	5.581	5.690
Outros	18.051	14.417	17.391	16.457
EUA	12.400	12.259	12.705	12.159
Total	49.488	47.770	49.327	48.106
Importação				
Japão	1.016	955	700	860
Rússia	478	653	700	740
UE	448	413	500	530
Outros	1.757	1.507	1.790	1.892
EUA	1.375	1.435	1.500	1.500
Total	5.074	4.963	5.190	5.522
Exportação				
Austrália	1.338	1.395	1.420	1.500
Brasil	492	748	838	925
Canadá	523	574	625	600
Outros	2.466	2.072	2.225	2.345
EUA	1.119	1.029	1.119	1.148
Total	5.938	5.818	6.227	6.518

Fonte: adaptado Agroanalysis (2005)

Atualmente, a Austrália pode ser considerada uma das maiores ameaças para o Brasil na produção e exportação de carne bovina. O aumento da demanda mundial por carne bovina deverá impulsionar a necessidade australiana de aumentar seus rebanhos. Outros fatores que podem ser considerados são a proibição da carne estadunidense e canadense na Ásia, o que tornou a Austrália a maior fornecedora para aquela região, os altos preços no mercado mundial, as condições climáticas favoráveis para a criação do gado e o aumento da demanda mundial. Em 2004, as exportações para o Japão aumentaram 44%, sendo que 90% do mercado japonês é atendido com carne australiana, fato que continuará ocorrendo até o Japão voltar a comprar dos Estados Unidos.

5.1 A participação do Brasil no mercado mundial

A participação do Brasil no segmento de carne desossada e industrializada foi significativa na década passada, apresentando melhora em ambos segmentos. Segundo Lima de Paula e Faveret Filho (2001), em 1990, o país ocupava a 14º posição entre os maiores exportadores de carne desossada e passou para a 10º posição em 1999. No segmento de carne industrializada era o 10º colocado em 1990 e chegou a ser o 5º maior exportador em 1999, com crescimento anual de volume de 11,3% a.a. e crescimento de valor de 5,3% a.a. As exportações brasileiras neste período apresentaram interessantes aspectos de competitividade, porque além de apresentar taxas de crescimento num mercado em retração, aumentou a sua participação no mesmo. Válido ressaltar que a taxa cambial ajudou neste processo, tornando o preço um forte fator de competitividade.

Sobre as exportações brasileiras de carne bovina, pode-se destacar a presença de três períodos marcantes na década de 90: crescimento acelerado entre 1990 e 1993; retração entre 1993 e 1997, devida ao aumento do consumo interno em decorrência da estabilidade econômica interna; novo salto a partir de 1997, que se explica pela crise sanitária européia e diminuição dos impostos e sobretaxas cobradas pelos países da União Européia.

Ainda sobre as exportações neste período, a carne industrializada não teve crescimento significativo em relação à receita cambial, perdendo posição para as carnes desossadas, que assumiram liderança a partir de 1999. O mercado para a carne desossada

se abriu para o Brasil devido à barreira sanitária imposta ao rebanho europeu (BSE e aftosa) e argentino (aftosa) e as questões levantas pela União Européia sobre o uso de anabolizantes no gado americano (LIMA DE PAULA e FAVERET FILHO, 2001).

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), em 2004 o Brasil faturou com as exportações de carne bovina 2,526 bilhões de dólares, sendo 62% maior do que em 2003. Deste faturamento total, 78% resultou da venda de carne *in natura*, cujo preço médio teve um aumento de 14%. O principal mercado para esse tipo de produto foi a Rússia, que desembolsou 239 milhões de dólares pelo produto brasileiro no ano passado.

A mesma fonte afirma que percentualmente os maiores aumentos na venda de carne *in natura* foram detectados em mercados como: a Argélia (374%, para 61,5 milhões de dólares); Rússia (138%) e Irã (111%, para 102 milhões de dólares).

O único país que reduziu as importações em 2004 foi a Arábia Saudita. Porém, tal redução foi apenas no volume (-7,3%, para 61,4 mil toneladas). Devido aos preços mais altos, o faturamento das vendas para aquele país cresceu 13%.

No ano de 2004, os exportadores brasileiros de carne conquistaram 40 novos mercados, totalizando 143 países importadores. A grande barreira ao aumento das exportações se deve aos entraves via barreiras criadas pelos mercados americanos, japonês, coreano e taiwanês, além de sobretaxas cobradas pelos europeus.

A ABIEC ainda afirma: "Japão e Coréia consomem carne 70% mais cara por causa do lobby dos produtores locais contra o Brasil. Na Noruega, para impedir a entrada da carne brasileira, a sobretaxa chega a 300%".

De acordo com a mesma fonte, mesmo com todas as barreiras e protecionismos criados pelos americanos quanto à carne i*n natura brasileira* no mercado americano, estes são os maiores compradores da carne industrializada no Brasil, tendo gastado 197 milhões de dólares em 2004.

Os principais destinos das exportações de carne in natura, entre janeiro e julho deste ano foram Rússia (US$296 milhões), Egito (US$159 milhões) e Reino Unido (US$120 milhões). Já os maiores compradores de carne industrializada nos primeiros sete meses de 2005 foram Estados Unidos (US$85 milhões), Reino Unido (US$75 milhões) e Venezuela (US$25 milhões).

A tabela 4demonstra a quantidade e o valor das exportações brasileiras de carne bovina em 2004 e até julho de 2005. De janeiro a julho de 2005 o país exportou 334 mil toneladas a mais em relação ao mesmo período de 2004, que foi de 965 mil toneladas, com um faturamento a mais de US$ 439 milhões. De agosto de 2004 a agosto de 2005 as exportações foram de 2.188 mil toneladas, 649 mil toneladas a mais em relação a agosto de 2003 e agosto de 2004. Os números demonstram o expressivo crescimento da participação brasileira no mercado mundial de carne bovina.

Tabela 4- Brasil: exportação de carne bovina (toneladas e US$)

Período	Quantidade	Valor
Janeiro a julho de 2004	965	1.313
Janeiro a julho de 2005	1.299	1.752
Agosto/03 a julho/04	1.539	2.057
Agosto/04 a julho/05	2.188	2.896

Fonte: Secex (2005)

De acordo com a revista Agroanalysis (2005), os preços médios das exportações estão estáveis, conforme demonstra a tabela 5. Em julho de 2005, o valor médio da

negociação foi de US$ 2.166 por tonelada, sendo que em julho de 2004 foi de US$ 2.204 por tonelada. É válido ressaltar que a atual política de valorização do real e o aumento dos custos de produção apresentam sérios riscos para o setor.

Tabela 5- Brasil: preços médios da carne exportada (in natura + industrializada)

Período	US$/tonelada de equivalente-carcaça
1999	1.476,67
2000	1.365,54
2001	1.242,42
2002	1.143,63
2003	1.192,62
2004	1.380,91
2005	1.316,00
Variação no período – 11%	

Fonte: Agroanalysis (2005)

Além disso, o cenário é de quebra do preço recebido pelo boi gordo, que cai 11,7% no primeiro semestre deste ano, sendo que os custos de produção aumentaram 5% no mesmo período. Outro fato que merece destaque é a perda de renda que a pecuária de corte vem sofrendo no país desde o segundo semestre de 2003.

De acordo com Torres Jr et al (2005), as tendências de marcado apontam que as exportações de carne bovina do Brasil aumentarão 14% até 2014. Somente os Estados Unidos tendem a registrar um aumento extraordinário, devido a recuperação de mercados pós-crise da vaca louca. A Ucrânia e União Européia também tendem a apresentar aumento de 21% e 19% respectivamente, conforme pode ser visualizado na tabela 6.

Tabela 6 - Principais exportadores de carne bovina até 2014 em mil toneladas equivalente carcaça

Países	2005	2014	Variações %
Austrália	1.300	1.312	1
Nova Zelândia	605	549	-9
Restante da Ásia	675	564	-16
União Européia	370	440	19
Restante da Europa	32	55	72
Ucrânia	90	109	21
Argentina	600	505	-16
Brasil	1.620	1.851	14
Canadá	570	564	-1
Estados Unidos	281	828	195
Total	**6.143**	**6.777**	**10**

Fonte: Agroanalysis (2005)

O consumo per capta de carne bovina no mundo, assim como no Brasil, está estagnado. Dessa forma, as vendas externas, apesar de continuarem aumentando, deverão ocorrer num ritimo significativamente menor. Assim, face à forte concorrência, Brasil terá que oferecer algo novo para sustentar o crescimento das vendas. Uma das alternativas seria explorar as características da carne verde e magra.

Segundo Ojima e Capanema (2005), o estado de São Paulo se destaca na exportação brasileira de carne bovina, com uma participação de 70,4% do total exportado no país. Em 2004, o porto de Santos registrou um volume de exportação de 1,1 milhão de

toneladas. O estado conta com um número significativo de plantas frigoríficas que se dedicam ao abate, desossa e processamento, sendo 57 cadastrados na categoria matadouro-frigorífico no Sistema Federal de Inspeção (SIF). É também o estado com maior número de estabelecimentos qualificados para exportação. Nos demais estados, a participação nas exportações de carne bovina é: Mato Grosso (4,6%), Mato Grosso do Sul (4,6%), Rio Grande do Sul (5,1%), Goiás (7,7%) e outros (7,6%).

5.2 Principais concorrentes do Brasil

Segue abaixo a relação de países que são hoje os maiores concorrentes do Brasil na produção e comercialização da carne bovina, os principais países de destino e o volume de vendas em mil toneladas (Anuário DBO, 2005):

- **Austrália**: Estados Unidos (489,7), Japão (375,3), Coréia do Sul (82,5), China (45,9), Taiwan (41) e Canadá (38,8);
- **Nova Zelândia**: Estados Unidos (288,9), Canadá (54,2), Coréia do Sul (34), China (30,1) e Taiwan (28,6);
- **Argentina**: Alemanha (36,5), Rússia (31), Argélia (29,6), Estados Unidos (27) e Chile (26,3);
- **Canadá**: Estados Unidos (323,2), México (30,7) e Japão (7,9);
- **Índia**: Malásia (80,4), Filipinas (49,5), Jordânia (36,8), Angola (30,5) e Geórgia (21,7);
- **União Européia**: Rússia (260,4), Angola (18,7), Leste Europeu (11,3) e Iugoslávia (9,2);
- **Uruguai**: Estados Unidos (77,8), Canadá (50,3), Israel (25,8) e Argélia (20,6);
- **Estados Unidos**: Japão (382,6), México (262,9), Coréia do Sul (253,5), Canadá (106) e Taiwan (20,2).

Como é possível perceber, o Brasil tem fortes concorrentes neste mercado, sendo que exceto a Índia e a União Européia não vendem para os Estados Unidos, o maior

comprador mundial. Dessa forma, é imperioso que o país invista em qualidade e segurança a fim de manter e conquistar mercados tão exigentes quanto o americano

6. Barreiras à exportação da carne bovina brasileira

As atividades comerciais da carne bovina brasileira no mercado externo deparam-se com barreiras ao livre comércio nos dias atuais. Após a transposição das barreiras territoriais com a globalização e a integração dos mercados, o Brasil enfrenta atualmente as chamadas Barreiras Tarifárias e Barreiras Não-Tarifárias. No caso das chamadas "Barreiras Não-Tarifárias" tratam-se de barreiras comerciais impostas pelos países desenvolvidos, que utilizam normas ou regulamentos técnicos na tentativa de proteger o mercado interno da concorrência dos produtos estrangeiros. Algumas delas são:

- **Quotas**: limitação de importações pela fixação de quotas para produtos;
- **Proibição total ou temporária**: proibição de importação de um produto que seja permitido comercializar no mercado interno do país que efetuou a proibição;
- **Salvaguardas**: aplicação de quotas de importação ou elevação de tarifas por questões de medidas de salvaguarda, exceto salvaguardas preferenciais previstas em acordos firmados;
- **Licenças de importação automáticas:** produtos sujeitos a licenciamento nas importações, apenas para registro de estatísticas;

- **Licenças de importação não automáticas:** produtos sujeitos a anuência prévia de algum órgão no país importador;
- **Controles sanitários e fitossanitários nas importações:** normas sanitárias e fitossanitárias exigidas na importação de produtos de origem animal e vegetal;
- **Restrições impostas a determinadas empresas:** exigências específicas para importações de produtos de determinadas empresas;
- **Requisitos relativos às características dos produtos:** produtos sujeito à avaliação de conformidade;
- **Procedimentos aduaneiros especiais:** exigência de ingresso de importações somente por determinados portos ou aeroportos (SECEX, 2005).

O maior desafio atual dos produtores brasileiros de carne bovina é relacionado às Barreiras Não-Tarifárias: eliminar a prática discriminatória ao produto brasileiro e aumentar a participação deste no mercado mundial.

Visando a diminuição das Barreiras Não-Tarifárias à carne bovina brasileira, os produtores buscam aumentar ainda mais a competitividade do produto em questão, bem como a abertura de novos mercados e o aumento da qualidade do produto nacional, principalmente com a erradicação da febre aftosa nos rebanhos, já ocorrida nos estados do sul do Brasil, por exemplo. Segundo pesquisa do IPEA (2001), as Barreiras Não-Tarifárias são as que mais prejudicam as exportações de carne bovina brasileira. Encontram-se a seguir exemplificadas:

Regulamentações sanitárias e fitosanitárias

As regulamentações sanitárias e fitosanitárias são questões que podem diminuir ou muitas vezes vetar a entrada da carne bovina em muitos países. O controle da febre aftosa, a inspeção dos procedimentos de manipulação da carne em suas diferentes fases – desde o abate até a carne industrializada e enlatada - são fundamentais para a comprovação da qualidade do produto em âmbito mundial (IPEA, 2001).

Para certificar-se sobre a harmonização das questões sanitárias, três instituições internacionais foram criadas e destinadas exclusivamente para fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas pelo SPS/OMC, são elas: 1) o Codex Alimentarius (CODEX), no âmbito da segurança alimentar; 2) Organização Internacional de Epizootias (OIE), relativa a questões de saúde animal; e 3) Convenção Internacional para Produção Vegetal (IPPC), relacionada aos vegetais.

Nas operações comerciais brasileiras, algumas peculiaridades podem ser evidenciadas. A União Européia não permite, por exemplo, a entrada da "carne bovina com osso" ou "bovinos vivos" em seu território, por considerar o território brasileiro incerto quanto à incidência da febre aftosa. Já os Estados Unidos criam barreiras para a importação de "carne fresca" do Brasil pelos mesmos motivos que a União Européia. Apenas a carne bovina industrializada não sofre proibições para ingressar no mercado norte-americano, desde que a fábrica tenha sido visitada pelo agente de inspeção norte-americano a fim de certificá-la posteriormente. Além disso, o Ministério da Agricultura brasileiro deve emitir um certificado sanitário para cada lote de carne bovina industrializada exportada (IPEA, 2001).

Quotas de importação (quantidade ou valor)

As quotas de importação são quantidades ou valores fixados para limitar a compra de carne bovina in natura. Ao determinar quotas, o país importador assegura-se que apenas cortes de melhor qualidade serão destinados a seu mercado consumidor.

Por se tratar de um país com grande produção a custos competitivos de carne bovina, o Brasil busca por meio de negociações aumentar a quota brasileira; para isso acordos de equivalência sanitária e a chancela internacional de ausência de febre aftosa em diversas regiões do país são determinantes essenciais para que o aumento da quota seja possível.

Outras barreiras

Outras Barreiras Não-Tarifárias comprometem as exportações da carne bovina brasileira. O excesso de procedimentos burocráticos, como a comprovação por meio de atestados capazes de comprovar a inexistência de indícios sobre a "Vaca Louca"; exigências internacionais quanto à embalagem do produto, que deve conservá-lo adequadamente até o destino e impedir a contaminação do produto, por exemplo; o controle de preços e os controles cambiais ou simplesmente a proibição de importações em caráter geral, seletivo ou em função da origem do produto.

Em suma, sobre as Barreiras Tarifárias e as Barreiras Não-Tarifárias encontra-se grande questionamento em relação à sua existência. A imposição de barreiras pelo país importador visa dificultar a entrada de produtos estrangeiros ou permiti-la a preços mais altos em relação aos preços do mercado local. Com isso, o país exportador torna-se menos competitivo em território estrangeiro, devido à alta tarifação a qual o produto é sujeito ao ingressar no país.

Nas subseções seguintes é demonstrado os países que mais protegem a entrada da carne bovina brasileira em seus mercados e as principais medidas protecionistas por eles adotadas.

6.1 Estados Unidos

A carne brasileira sofre inúmeras restrições no mercado norte-americano. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2005), o Brasil não pode exportar carne *in natura* ou congelada sob a alegação de contaminação da febre aftosa.

Os Estados Unidos são grandes produtores e importadores de carne bovina. Com exceção do Canadá e do México, em função do NAFTA, as importações de carne pelos Estados Unidos estão sujeitas a quotas tarifárias acordadas durante a Rodada Uruguai, sendo de 696.621 toneladas métricas, sob a qual incide uma tarifa 4,4 centavos de dólar por quilo. Desse total, 378.214 toneladas estão destinadas à Austrália, 213.402 toneladas à Nova Zelândia, 20.000 toneladas para Argentina e Uruguai e 64.805 toneladas para outros países, entre os quais o Brasil, caso obtenha certificação. A tarifa extraquota é de 26,4% (MDIC, 2005).

As importações de carne enlatada não sofrem proibições de caráter fitossanitário. Porém, as fábricas brasileiras precisam ser certificadas pelas autoridades norte-americanas e se sujeitarem à inspeção sanitária periódica.

O "Food Safety and Inspection Service (FSIS) é o órgão responsável pelo sistema de fiscalização da carne bovina processada dos países fornecedores. Periodicamente, realiza missões de inspeção em frigoríficos e processadores brasileiros. A última dessas visitas realizadas no Brasil foi em abril deste ano, quando nove frigoríficos brasileiros foram descredenciados, já que foram encontradas irregularidades em 56% das 16 unidades visitadas. Três exigências foram apontadas pelos americanos: 1) um plano concreto para melhorar o "autocontrole" sanitário cotidiano das indústrias; 2) mais recursos para treinar e capacitar pessoal especializado; 3) contratação de inspetores federais para substituir funcionários indicados por prefeituras e pagos pelos próprios frigoríficos (TORRES JR, ROSA e TONINI, 2005).

Em maio deste ano, os Estados Unidos permitiu a retomada das importações de carne bovina industrializada de seis, dos nove frigoríficos embargados, sendo eles: Links (Itupeva-SP), Ferreira (Três Rios-RJ), Frisa (Nanuque-MG), Marfrig (Promissão-SP), Bertin (Lins-SP) e Friboi (Presidente Epitácio-SP). Juntos, esses frigoríficos representam 85% das exportações brasileiras de carne bovina.

De acordo com o MDIC (2005), a principal barreira para a exportação de carne bovina brasileira para os Estados Unidos é a falta de acordo sanitário: não há equivalência de processos de verificação sanitária, assim como não há reconhecimento de áreas livres ou de baixa intensidade de enfermidades.

6.2 União Européia

De acordo com o MDIC (2005), as principais barreiras impostas para a importação da carne bovina brasileira pela União Européia são:

- Medidas sanitárias e fitossanitárias: restrição à importação de carne bovina brasileira em decorrência da incidência de febre aftosa. Como medida de defesa contra a febre aftosa, a União Européia distingue duas situações – 1) países ou regiões livres de aftosa e 2) países ou regiões livres de aftosa com vacinação.
- Tarifas altas: 12.8 + 221.1 €/100 kg/net, que corresponde à 114.52% ad valorem.
- Quotas tarifárias: quota específica de 5.000t para carne bovina com 20% de imposto de importação.
- Subsídios: subsídio às exportações consolidado na OMC: € 1.259,2 milhões em 2000.
- Ajuda interna na OCM (Organizações Comuns de Mercado - políticas setoriais específicas financiadas pelo Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, mesmo fundo que financia a PAC - Política Agrícola Comum): valor destinado, como ajuda interna, a carne bovina pela OCM em 2000: € 4.733 milhões.

Atualmente, a União Européia prepara uma nova barreira para carne. A partir de 1 de janeiro de 2006, oficializará o banimento do uso de antibióticos como promotores do crescimento animal, vindo de qualquer parte do mundo.

6.3 Japão

A carne bovina brasileira sofre restrições para entrar no Japão em decorrência da constatação de febre aftosa em alguns pontos do país. São proibidas as importações de carne bovina *in natura*, com osso ou desossada, assim como sêmen de bovinos brasileiros (MDIC, 2005).

Entre o período de 1998 a 2000, a carne bovina refrigerada e congelada obteve um pico tarifário de 40% sobre a importação realizada pelo Japão.

6.4 China

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2005), o Brasil negociou com a China uma lista de produtos agrícolas e industriais, cujo o resultado foi a obtenção de reduções tarifárias, inclusive da carne bovina. Em 2001 foi aplicada sobre a carne brasileira uma tarifa *ad valorem* de 39% na importação. Com o acordo essa tarifa deverá ficar entre 12% e 31,8% *ad valorem*.

7. Considerações finais

Diante do trabalho exposto, fica claro que ainda existem enormes obstáculos a serem enfrentados pelo Brasil para a manutenção e conquista de mercados internacionais para a carne bovina.

Embora o enorme potencial competitivo brasileiro, onde os pecuaristas têm constantemente investido em inovações, há ainda algumas lacunas que precisam ser sanadas. Entre elas, a de maior importância é a questão de segurança sanitária, tanto no campo quanto nos frigoríficos. No campo há a necessidade de constantes investimentos, inclusive pelo governo federal, na prevenção de doenças epidêmicas como a febre aftosa que, recentemente, tem acometido o rebanho brasileiro e cujas conseqüências tem sido desastrosas para os exportadores. Há também a necessidade de conscientização de alguns produtores, principalmente os de regiões fronteiriças, para que não adquiram gados contrabandeados sem controle da febre aftosa. Nos frigoríficos há ainda deficiências em

questões sanitárias que sejam adequadas aos padrões internacionais, bem assim como o adequado manejo da carne que garanta um produto final de qualidade.

Enfim, Brasil deve se empenhar nas negociações internacionais, buscando parcerias e abrindo os mercados. Deve também continuar apoiando, através de planos de incentivo, tecnologias, informação e mão-de-obra qualificada, a busca pela excelência na produção nacional.

Referências Bibliográficas

ABIEC – Associação Brasileiras das Indústrias Exportadoras de Carne. Estatísticas. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/abiec/estatisticas.php>. Acesso em 19 set. 2005.

AVERBUG, André. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). **A economia brasileira nos anos 90.** Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 43-81. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro/eco90_02.pdf>. Acesso em: 16 set. 2005.

BÁNKUT, F. I. Entraves e incentivos ao abate clandestino de bovinos no Brasil. 2002. 159f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2002. Disponível em: <http://www.gepai.dep.ufscar.br>. Acesso em: 20 set. 2005.

BRUM, Argemiro J. O plano Real. In: _____. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 12, p. 482-487.

EXPORTAÇÃO de carne devem ultrapassar US$ 3 bi. **Agroanalysis – Revista de Agronegócios da FGV**, n. 8, v. 25, p. 33, agos. 2005.

FERREIRA, G. C. ; BARCELOS, M. D. Aliança estratégica na cadeia bovina. **Agroanalysis – Revista de Agronegócios da FGV,** n. 4, v. 25, p. 28-29, abril. 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Pecuária Municipal. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 out. 2005.

IPEA, Instituto de pesquisa econômica aplicada (2001). Embargo à carne expõe dificuldades de exportações. Disponível em: <http: www2.mre.gov.br/unir/webunir/ RESENHAS/Relatórios%202001/re0102001doc.html >. Acesso em: 21 nov. 2005.

JANK, M. S. ; NASSAR, A. M. Competitividade e globalização. In: ZILBERSZTAJAN, D. ; NEVES, M. F. (Org.). Economia e gestão dos negócios agroalimentares. PENSA/USP. São Paulo: Pioneira, 2000. Cap. 7, p. 137-163.

LIMA DE PAULA, S. R. ; FAVERET FILHO, P. Exportações de carne bovina: desempenho e perspectivas. **BNDES Setorial** , set. 2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set1402.pdf. Acesso em 25 set. 2005.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Barreiras Não-Tarifárias: Países (Estados Unidos, Japão, China). Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 21 nov. 2005.

_____. Exemplos de barreiras às exportações brasileiras: União Européia. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 21 nov. 2005.

MERCADO asiático detém maior parte das compras. **Anuário DBO 2005,** n. 292, março 2005.

MICHELS, I. L. **Cadeia Produtiva da Carne Bovina do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Oeste, 2001.

OJIMA, A. L. R. O. ; CAPANEMA, L. M. Logística da exportação da carne bovina. **. Agroanalysis – Revista de Agronegócio da FGV**, n. 7, v. 25, p. 31-33, jul. 2005.

PINAZZA, L. A. Mercado Internacional de carnes: 1998 a 2003. **Agroanalysis – Revista de Agronegócio da FGV,** n. 10, v. 22, p. 74-76, jan. 2003.

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. Indicadores e Estatística de Comércio Exterior. Disponível em:<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex>. Acesso em: 01 nov. 2005.

_____. Barreiras não-tarifárias: tipos de barreiras externas. Disponível em: <http://www. desenvolvimento.gov.br/sitio/secex>. Acesso em 13 nov. 2005.

SIC (Serviço de Informação da Carne). Disponível em: < http://www.sic.org.br/proução.asp>. Acesso EM 28 set. 2005.

TORRES JR, A. M. ; ROSA, F. R. T. ; TONINI, M. G. O. A evolução da pecuária de corte no Brasil. **Agroanalysis – Revista de Agronegócios da FGV,** n. 6, v. 25, p. 40-42, jun. 2005.

_____. Ameaça do Tio Sam. **Agroanalysis – Revista de Agronegócio da FGV**, n. 5, v. 25, p. 30-31, maio. 2005.

TORRES JR, A. M. ; ROSA, F. R. T. ; NOGUEIRA, M. P. Como andam os negócios. **Agroanalysis – Revista de Agronegócio da FGV**. Março, 2005.

ZEN, S. Produtor e frigorífico: a simbiose necessária. **Agroanalysis – Revista de Agronegócio da FGV,** n. 6, v. 25, p. 35-36, jun. 2005.